

Munhoz quer debater orçamento

Vitória — O economista Décio Munhoz, professor da Universidade de Brasília, disse ontem que espera que o governo, na reabertura do Congresso no ano que vem, permita uma discussão mais prolongada do orçamento fiscal para 1986 e do pacote tributário. Segundo ele, “ainda há muito a ser esclarecido sobre as mudanças no Imposto de Renda das pessoas físicas e sobre o orçamento fiscal deixado pela administração do ex-ministro Francisco Dornelles, que tem números absolutamente indecifráveis”.

De acordo com as contas de Munhoz a respeito da reforma do Imposto de Renda das pessoas físicas, o imposto progressivo (o imposto devido na declaração de renda) deverá aumentar para todas as faixas de renda, pois sobre ele

incidirá a correção monetária (variação média das ORTN de junho de 1985 a abril 1986, índice que Décio Munhoz calcula em 143%). O economista não dá importância à redução do Imposto de Renda na fonte, pois afirma que o imposto retido na fonte é apenas um depósito compulsório feito pelos contribuintes, envolvido com correção monetária.

Ele critica as autoridades por não terem dado ao Congresso tempo suficiente para discutir o pacote tributário, tendo adotado uma atitude agressiva em relação às pessoas que levantaram dúvidas sobre os efeitos do novo IR da pessoa física. E por isso declara ser preciso uma revisão dessa reforma do IR da pessoa física. “Quem pode aumentar imposto também pode reduzi-lo sem problemas”, diz.

Sobre o orçamento fiscal, o ponto mais obscuro, na sua opinião, é o déficit de Cr\$ 211 trilhões. Cerca de Cr\$ 120 trilhões correspondem ao giro da dívida pública, e foram incluídos no orçamento. Os demais Cr\$ 90 trilhões “são uma verdadeira incógnita”. Segundo observou, não é explicável déficit de tal ordem quando a receita fiscal deste ano está tendo um aumento real de 25% a 30%, acima do previsto.

— Para 1986, o governo novamente está desejando um aumento real dessa ordem. A receita passará de Cr\$ 330 trilhões para Cr\$ 420 trilhões. Será que todos os anos a receita deverá ter crescimento real de mais de 30% e mesmo assim haverá déficits que não serão cobertos? — indagou.